

Aula 05

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

07 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Concurso de pessoas. Concurso de crimes	3
2) Questões Estratégicas - Concurso de Pessoas e de Crimes - Instituto AOCP	9
3) Questionário de Revisão - Concurso de Pessoas. Concurso de Crimes.	16
4) Lista de Questões Estratégicas - Concurso de Pessoas e de Crimes - Instituto AOCP	19
5) Referências Bibliográficas	23



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

5 – Concurso de pessoas

O **concurso de pessoas** ocorre quando **dois ou mais agentes** colaboram para a prática de uma infração penal. O **Código Penal** brasileiro adotou a **Teoria Monista (unitária)**, a qual diz que **todos respondem pelo menos crime**, conforme o **art. 29**:

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave

Ou seja, todos respondem pelo **mesmo crime**, mas a **pena** pode variar conforme o **grau de participação de cada um**.

5.1 Tipos de Concurso de Pessoas

Concurso eventual: Ocorre quando o tipo penal **não exige**, mas **permite**, que mais de uma pessoa participe do crime. **Exemplos:** Furto, roubo, homicídio.

Concurso necessário: O crime **somente pode ser cometido** por mais de uma pessoa. **Exemplos:** associação criminosa, rixa.

Requisitos para do Concurso de Pessoas

São quatro os requisitos básicos para caracterizar o **concurso de pessoas**:

1. **Pluralidade de agentes** → Pelo menos duas pessoas devem atuar na prática criminosa.
2. **Relevância causal da conduta** → A colaboração de cada agente deve ter contribuído para o crime.
3. **Vínculo Subjetivo (liame subjetivo)** → Os agentes devem ter atuado com consciência e vontade de cometer o delito em conjunto.
4. **Identidade de infração penal** → Todos respondem pelo mesmo crime, salvo exceções previstas em lei.



Formas de Participação no Crime

Coautoria

- Ocorre quando **dois ou mais agentes** praticam **juntos** a conduta descrita no tipo penal.
- Todos os coautores são considerados **autores do crime**.
- **Exemplo:** Dois indivíduos entram em um banco armados e realizam um **roubo** – ambos são coautores.

Atenção: Não há coautoria em crimes **culposos** nem em crimes **de mão própria** (ex.: falso testemunho – só pode ser praticado pela própria testemunha).

Participação

- O agente **não executa diretamente** a conduta criminosa, mas **presta auxílio relevante** ao autor.
- Divide-se em duas formas:
 - **Moral** → Instigar, influenciar ou incentivar a prática do crime.
 - Exemplo: Alguém convence outra pessoa a cometer um furto.
 - **Material** → Fornecer meios materiais para a prática do crime.
 - Exemplo: Emprestar uma arma para um homicídio.

Dica: A participação só é punível se o crime principal for, ao menos, tentado (art. 31 do CP).

Participação de menor importância: o **art. 29, §1º**, prevê redução de pena de **1/6 a 1/3** para o partícipe que teve atuação **menos relevante** no crime.

Circunstâncias que Afetam o Concurso de Pessoas

Comunicabilidade das Circunstâncias

O **art. 30 do CP** determina que:

Circunstâncias incommunicáveis

Art. 30 - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime

Circunstâncias **objetivas** (como o uso de violência) **se comunicam**.

Circunstâncias **subjetivas** (como reincidência) **não se comunicam**, exceto se forem elementares do crime.

Exemplo: Se um servidor público comete um crime funcional com a ajuda de um particular, o segundo **só responderá pelo crime funcional se soubesse da condição de funcionário público do coautor**.

Cooperação Dolosamente Distinta

Prevista no **art. 29, §2º do CP**, ocorre quando um dos agentes **pretende praticar um crime menos grave** do que o efetivamente cometido por outro.



Exemplo: Duas pessoas combinam **um furto**, mas um dos agentes decide, por conta própria, **matar a vítima**. O comparsa **responderá apenas pelo furto**, mas sua pena pode ser aumentada se o homicídio era previsível.

Concurso de Pessoas nos Crimes Culposos

A regra geral no Direito Penal é que **não há coautoria em crimes culposos**, pois nestes **não há vínculo subjetivo** entre os agentes.

Porém, **é possível haver coautoria** se **dois ou mais agentes** atuam de forma **conjunta e consciente** para praticar um ato arriscado.

Exemplo: Dois motoristas participam de um **racha** e acabam matando um pedestre. Ambos respondem por **homicídio culposo em concurso de pessoas**.

6 – Concurso de crimes

O **concurso de crimes** ocorre quando um **mesmo agente pratica dois ou mais crimes** dentro de uma determinada situação fática.

O Código Penal regula esse instituto nos artigos 69 a 71, estabelecendo três espécies: **concurso material**, **concurso formal** e **crime continuado**. A exata caracterização de cada um deles influencia a **forma de aplicação da pena**.

6.1 Concurso material de crimes

No **concurso material (ou real)**, o agente pratica **duas ou mais condutas distintas**, resultando em **dois ou mais crimes**.

Regra de aplicação da pena: Somam-se as penas de cada crime praticado (cúmulo material).

Concurso material

*Art. 69 - Quando o agente, mediante **mais de uma ação ou omissão**, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se **cumulativamente as penas privativas de liberdade** em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.*

§ 1º - Na hipótese deste artigo, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição de que trata o art. 44 deste Código.

§ 2º - Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais.



Exemplo: Um indivíduo furta um carro e, no dia seguinte, pratica um homicídio. Como houve **duas condutas e dois crimes diferentes**, as penas serão somadas.

6.2 Concurso formal

O **concurso formal** ocorre quando o agente, com uma única conduta, causa **dois ou mais crimes**.

Concurso Formal Perfeito (Próprio) → Ocorre quando o agente não tinha a intenção de causar mais de um resultado, mas acabou cometendo mais de um crime.

Regra da pena: Aplica-se a pena do crime mais **grave, aumentada de 1/6 a 1/2**.

Exemplo: Um motorista **atropela duas pessoas** de forma imprudente com um só movimento.

Concurso Formal Imperfeito (Impróprio) → Ocorre quando o agente tem intenção dolosa de cometer vários crimes **com uma única conduta**.

Regra da pena: Aplica-se o **cúmulo material** (as penas dos crimes são somadas).

Exemplo: Um atirador dispara um único tiro contra **duas pessoas**, sabendo que o projétil pode atingir ambas.

Concurso formal

*Art. 70 - Quando o agente, mediante **uma só ação ou omissão**, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, **cumulativamente**, se a ação ou omissão é **dolosa** e os crimes concorrentes resultam de **desígnios autônomos**, consoante o disposto no artigo anterior.*

Parágrafo único - Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código.

6.3 Crime continuado

O **crime continuado** ocorre quando o agente pratica **vários crimes da mesma espécie**, sob **circunstâncias semelhantes de tempo, lugar, modo de execução e outras conexões**, sendo tratados como um **crime único** para fins de aplicação da pena.

Requisitos do crime continuado:

- **Pluralidade de crimes da mesma espécie** (ex.: vários furtos cometidos pelo mesmo agente).
- **Condições semelhantes de tempo, lugar e modo de execução.**
- **Unidade de desígnios** (a jurisprudência exige que haja um vínculo subjetivo entre os crimes, ou seja, um "projeto criminoso contínuo").



Regras de aplicação da pena:

- Aplica-se a pena de **um só dos crimes**, aumentada de 1/6 a 2/3.
- Se os crimes forem **violentos e contra vítimas diferentes**, o aumento pode ser de até o triplo.

Exemplo: Um criminoso pratica **dez furtos** em estabelecimentos comerciais durante um mês, sempre da mesma forma.

Crime continuado

*Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da **mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes**, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.*

*Parágrafo único - Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com **violência ou grave ameaça** à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, **aumentar a pena de um só dos crimes**, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, **até o triplo**, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.*

Tipo de Concurso	Definição	Aplicação da Pena
Concurso Material (art. 69)	Duas ou mais condutas que resultam em dois ou mais crimes	Soma das penas (cúmulo material)
Concurso Formal Perfeito (art. 70, 1ª parte)	Uma só conduta , mas com múltiplos resultados não intencionais	Pena do crime mais grave + aumento de 1/6 a 1/2
Concurso Formal Imperfeito (art. 70, 2ª parte)	Uma só conduta , mas com intenção de múltiplos crimes	Soma das penas (cúmulo material)
Crime Continuado (art. 71)	Vários crimes da mesma espécie, em condições semelhantes	Pena do crime mais grave + aumento de 1/6 a 2/3 (até o triplo, se houver violência)

6.4 Outras regras relacionadas ao concurso de crimes



Aplicação da Pena de Multa (art. 72, CP)

No concurso de crimes, as penas de **multa** são aplicadas integralmente para cada crime.

Exemplo: Se um réu comete **três furtos**, cada um com pena de multa, **todas as multas** serão somadas.

Prescrição no Concurso de Crimes (art. 119, CP)

A prescrição da punibilidade é calculada **separadamente** para cada crime, mesmo nos casos de **crime continuado**.

Multas no concurso de crimes

Art. 72 - No concurso de crimes, as penas de **multa** são aplicadas distinta e integralmente.

Prescrição no concurso de crimes

Art. 119 - No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, **isoladamente**.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) Antônia foi acusada de ter praticado quatro condutas configuradoras de crime de estelionato, cometidas sob modos de execução e finalidade semelhantes. Duas dessas condutas foram cometidas no mês de abril de 2023, e outras duas no mês de janeiro de 2024. Em relação ao tema e com base nas regras de concurso de crimes previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Antônia praticou quatro crimes de estelionato em concurso formal.
- b) Antônia praticou quatro crimes de estelionato em continuidade delitiva.
- c) Antônia praticou dois crimes de estelionato em concurso material e dois crimes de estelionato em concurso formal.
- d) Antônia praticou dois crimes de estelionato em concurso material, cada um deles subdividido em duas condutas continuadas.
- e) Antônia praticou dois crimes de estelionato, cada um deles subdividido em duas condutas formalmente concorrentes.

Comentários

Alternativa A – Incorreta: O concurso formal ocorre quando um único ato ou omissão do agente resulta na prática de mais de um crime, o que não é o caso de Antônia, pois ela praticou quatro atos distintos. Como cada crime foi praticado em momentos diferentes e com condutas autônomas, não há como caracterizar o concurso formal.

Alternativa B – Incorreta: A continuidade delitiva ocorre quando há crimes da mesma espécie praticados com mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução. No entanto, o lapso temporal de vários meses entre os dois conjuntos de condutas (abril de 2023 e janeiro de 2024) é muito extenso para caracterizar um único crime continuado abrangendo todas as quatro condutas. Assim, os crimes não podem ser considerados como uma única continuidade delitiva, mas sim como duas séries de continuidade delitiva separadas no tempo.



Alternativa C – Incorreta: O concurso material ocorre quando o agente pratica mais de um crime mediante condutas distintas. O concurso formal exige que um único ato produza dois crimes, o que não aconteceu no caso de Antônia. Como cada conduta foi praticada separadamente, não há concurso formal, apenas concurso material e continuidade delitiva.

Alternativa D – Correta: Antônia praticou dois crimes em abril de 2023 e dois crimes em janeiro de 2024, ambos dentro de períodos próximos e com o mesmo modus operandi. Assim, cada par de crimes pode ser considerado crime continuado dentro de seu respectivo período. No entanto, como há uma grande separação temporal entre os períodos, os crimes de abril e janeiro devem ser considerados como dois crimes distintos em concurso material.

Art. 71, CP: *"Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços."*

Alternativa E – Incorreta: O concurso formal ocorre quando um único ato gera mais de um crime, o que não aconteceu no caso de Antônia. Além disso, o conceito de "formalmente concorrentes" não se aplica corretamente à situação, já que as condutas foram autônomas e separadas no tempo.

Gabarito: Letra D

2. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021) Assinale a alternativa correta.

A) Policarpo, quando passava pela Rua Getúlio Vargas, em Bagé, mediante grave ameaça, roubou da senhora Ayla seu relógio. A polícia civil local, ao receber a notícia criminis, instaurou inquérito policial contra ele e o indiciou por tal crime. Durante a fase investigativa, Policarpo, impelido por forte arrependimento do que havia feito, devolveu, voluntariamente, o relógio à vítima. Nessa situação hipotética, caso Policarpo seja condenado, terá em seu favor uma redução de pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) em razão do arrependimento posterior (artigo 16). Nesse caso, quanto mais rápida for a entrega do bem, maior será a redução da pena.

B) Nísia estava em uma praia totalmente deserta com Epílogo, seu amigo de infância. Por onde os olhos alcançavam, via-se apenas areia, sem pedras, sem morros e sem arvoredos. Com a intenção de lesar Epílogo, ela desferiu um golpe em suas costas, ocasião em que Epílogo caiu e bateu a cabeça justamente em uma pedra (única e não visível), encoberta pela areia (imprevisível), momento em que faleceu por traumatismo craniano. Considerando essa situação hipotética, pode-se afirmar que a conduta dela adequa-se ao crime de lesão corporal seguida de morte.

C) Honório efetuou compra de uma bicicleta e emitiu um cheque sem fundos, de sua conta corrente, para pagar a referida bicicleta. O cheque foi devolvido pelo banco por ausência de



fundos. Em razão desse fato, foi instaurado inquérito policial contra ele por violação ao artigo 171, § 2º, inciso VI (estelionato mediante fraude no pagamento por meio de cheque). Ainda na fase investigativa, Honório, voluntariamente, restituiu integralmente o prejuízo à vítima, pagando o valor devido. Nesse caso hipotético, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ele terá em seu favor uma excludente legal de ilicitude, que obstará a propositura da ação penal.

D) Esdras e Efraim, em coautoria, ajustaram a prática do crime de furto contra o Restaurante Bom Prato, em horário em que não houvesse ninguém, ou seja, que estivesse fechado. A exigência de Efraim, para a prática delituosa, seria para que fossem desarmados, pois ele não aceitava o emprego de qualquer violência. Na ocasião em que o crime foi praticado, Esdras disse a Efraim para ficar do lado de fora dando cobertura, enquanto ele entraria no restaurante para furtar. Ao entrar no restaurante sozinho, Esdras se depara com o vigia e, de posse de uma faca (que trazia em sua cintura, sem o conhecimento de Efraim), desfere vários golpes no vigia que não resiste aos ferimentos e morre no local. Em seguida, Esdras foge e deixa seu colega sem saber do ocorrido. Com base nesse contexto hipotético, pode-se afirmar que Efraim agiu em cooperação dolosamente distinta, razão pela qual responderá por crime de roubo com causa especial de diminuição de pena.

E) Para o Superior Tribunal de Justiça, o estupro de vulnerável se consuma com a prática de qualquer ato libidinoso ofensivo à dignidade sexual da vítima, sendo dispensável o contato físico direto entre ela e o réu para a configuração do delito.

Comentários:

Letra A – Incorreta: O arrependimento posterior (artigo 16) não se aplica ao crime de roubo, pois esse delito envolve grave ameaça ou violência. Esse benefício só é cabível para crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.

Letra B – Incorreta: No caso narrado, há um nexo causal entre a conduta de Nísia e o resultado morte, mas a imprevisibilidade da pedra encoberta impede a imputação do resultado a título de dolo. Conforme art. 19, pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. No caso em análise, Nísia não sabia da existência da pedra naquele lugar, então não agiu com imprudência, imperícia ou negligência que poderia caracterizar homicídio culposos. Dessa forma, responderá apenas pelo crime de lesão corporal.

Letra C – Incorreta: A alternativa cobra o entendimento da Súmula 554 do STF:

Súmula 554, STF: O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

Letra D – Incorreta: A cooperação dolosamente distinta ocorre quando um dos agentes age com dolo mais intenso que o outro. No entanto, Efraim não participou do homicídio e, segundo o artigo 29, §2º, poderia ter sua pena reduzida, mas não responderia por roubo.



Letra E – Correta: O STJ entende que o estupro de vulnerável **não exige contato físico direto** entre agressor e vítima, bastando a prática de atos libidinosos ofensivos à dignidade sexual da vítima.

Gabarito: Letra E

3. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Técnico do Ministério Público/2021)
No que se refere ao Código Penal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

() No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

() A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo 109 do Código Penal, os quais se aumentam de um sexto, se o condenado é reincidente.

a) F – V – F

b) F – F – V

c) F – V – V

d) V – V – F

e) V – F – V

Comentários

Primeira assertiva: FALSA. No concurso material de crimes, há pluralidade de condutas e também de crimes. Assim, conforme art. 69 do CP, as penas privativas de liberdades são aplicadas cumulativamente.

Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela."

Segunda assertiva: VERDADEIRA. Conforme art. 100, §4º do CP, qual seja:



Art. 100. (...) § 4º - No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Terceira assertiva: FALSO. De acordo com o art. 110, do Código Penal, quando há reincidência, os prazos prescricionais do art. 109 são aumentados em um terço.

Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

Gabarito: Letra A

4. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Técnico do Ministério Público/2021)
Referente ao Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Quanto ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade.
- b) O crime impossível constitui causa de exclusão da culpabilidade.
- c) Os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- d) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
- e) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a quarenta anos.

Comentários

Letra A – INCORRETA. O Código Penal adota a teoria da atividade para o tempo do crime (art. 4º) e a teoria da ubiquidade para o lugar do crime (art. 6º).

Letra B – INCORRETA. O crime impossível **exclui a tipicidade**, e não a culpabilidade. Isso ocorre quando há ineficácia absoluta do meio ou impropriedade absoluta do objeto, tornando impossível a consumação do delito (art. 17 do Código Penal).

Letra C – INCORRETA. Os menores de dezoito anos são inimputáveis, nos termos do art. 27 do Código Penal, devendo ser aplicadas as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Letra D – INCORRETA. Conforme art. 29, §1º, do CP, se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de 1/6 a 1/3, e não 2/3 como afirma a alternativa.



Letra E – CORRETA. De acordo com o art. 75 do Código Penal, o tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a quarenta anos. Essa alteração foi introduzida pela Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime.

Gabarito: Letra E

5. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021) Cléber e Davi possuem um inimigo em comum, qual seja, Evandro. Em determinado dia, sem prévio ajuste, ambos portando arma de fogo de igual calibre e munições idênticas, escondem-se, em diferentes locais, próximo ao trabalho de Evandro, esperando o momento em que este chegue ao trabalho para, enfim, eliminar a vida dele. Quando Evandro chega ao local, Cléber e Davi atiram simultaneamente em sua direção, sendo Evandro atingido e vindo a falecer. Posteriormente, o exame pericial concluiu que Evandro foi morto por um único disparo de arma de fogo, sendo que os demais tiros não o atingiram, todavia, o laudo não conseguiu identificar de qual arma de fogo partiu o tiro que eliminou a vida de Evandro.

Considerando o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de hipótese de concurso de pessoas, em que Cléber e Davi respondem por homicídio consumado.
- b) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria desconhecida. Cléber e Davi respondem por homicídio consumado.
- c) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria desconhecida. Cléber e Davi respondem por tentativa de homicídio.
- d) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria incerta. Cléber e Davi respondem por homicídio consumado.
- e) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria incerta. Cléber e Davi respondem por tentativa de homicídio.

Comentários

Letra A – INCORRETA. O concurso de pessoas ocorre quando há vínculo subjetivo entre os agentes, o que não aconteceu no caso narrado. Como não houve acordo prévio entre Cléber e Davi, não se configura o concurso de agentes.

Letra B – INCORRETA. A autoria do disparo fatal é incerta, mas isso não significa que seja uma hipótese de autoria desconhecida. Além disso, não se pode afirmar que ambos respondem por homicídio consumado, pois apenas um deles realmente matou a vítima.



Letra C – INCORRETA. O caso do enunciado da questão é um exemplo de **autoria incerta**. Conforme Cleber Masson:

"Surge no campo da autoria colateral, quando mais de uma pessoa é indicada como autora do crime, mas não se apura com precisão qual foi a conduta que efetivamente produziu o resultado. Conhecem-se os possíveis autores, mas não se conclui, em juízo de certeza, qual comportamento deu causa ao resultado".

Neste caso, como não há certeza quem deu causa ao resultado (morte), não é justo responderem por homicídio consumado, mas apenas por tentado.

Letra D – INCORRETA. De fato, trata-se de hipótese de autoria incerta, já que não é possível determinar qual dos dois atiradores efetuou o disparo fatal. No entanto, isso não significa que ambos devam responder por homicídio consumado, pois a autoria individual do crime não está estabelecida.

Letra E – CORRETA. A doutrina penal e a jurisprudência entendem que, quando há autoria incerta e não se pode afirmar com certeza qual dos agentes realizou o disparo letal, ambos devem responder por tentativa de homicídio, pois não há como individualizar a conduta que efetivamente causou a morte.

Gabarito: Letra E



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Conceitue e diferencie coautoria de participação no concurso de pessoas.
2. Quais são os requisitos necessários para o concurso de pessoas?
3. Diferencie concurso material de concurso formal de crimes.
4. O que é crime continuado e quais são seus requisitos?
5. Explique a participação de menor importância no concurso de pessoas.
6. Como se calcula a prescrição no concurso de crimes?



7. Qual a consequência jurídica da cooperação dolosamente distinta em concurso de pessoas?
8. Como são aplicadas as penas de multa em caso de concurso de crimes?
9. Quais circunstâncias são comunicáveis e incommunicáveis no concurso de pessoas?

Perguntas com respostas

1. Conceitue e diferencie coautoria de participação no concurso de pessoas.

Resposta: Coautoria ocorre quando dois ou mais agentes realizam diretamente a conduta criminosa, enquanto a participação é auxílio indireto ao autor principal do delito, seja moral ou material.

2. Quais são os requisitos necessários para o concurso de pessoas?

Resposta: Pluralidade de agentes, relevância causal das condutas, vínculo subjetivo entre os agentes e identidade de infração penal.

3. Diferencie concurso material de concurso formal de crimes.

Resposta: Concurso material ocorre quando há pluralidade de ações e crimes, aplicando-se cumulativamente as penas. No concurso formal, há uma única ação e pluralidade de resultados, com aumento proporcional da pena.

4. O que é crime continuado e quais são seus requisitos?

Resposta: O crime continuado ocorre com pluralidade de crimes da mesma espécie, cometidos em condições semelhantes de tempo, lugar, modo de execução e unidade de desígnios. Aplica-se a pena mais grave com aumento.

5. Explique a participação de menor importância no concurso de pessoas.

Resposta: Ocorre quando o partícipe tem uma contribuição pouco relevante no crime, podendo reduzir a pena em um sexto a um terço (art. 29, § 1º, CP).

6. Como se calcula a prescrição no concurso de crimes?

Resposta: A prescrição é calculada separadamente para cada crime, mesmo em crime continuado, segundo o artigo 119 do Código Penal.

7. Qual a consequência jurídica da cooperação dolosamente distinta em concurso de pessoas?



Resposta: O agente responde apenas pelo crime que quis cometer, podendo ter a pena aumentada até metade se previsível o resultado mais grave cometido por outro.

8. Como são aplicadas as penas de multa em caso de concurso de crimes?

Resposta: As penas de multa são aplicadas integral e distintamente para cada crime praticado (art. 72 do CP).

9. Quais circunstâncias são comunicáveis e incommunicáveis no concurso de pessoas?

Resposta: Circunstâncias objetivas (ex.: uso de violência) são comunicáveis. Circunstâncias subjetivas (ex.: reincidência) são incommunicáveis, salvo se forem elementares do crime (art. 30 do CP).

...

Ficamos por aqui!

Grande abraço e bons estudos!

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram  @eduardoalberi



LISTA DE QUESTÕES

1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) Antônia foi acusada de ter praticado quatro condutas configuradoras de crime de estelionato, cometidas sob modos de execução e finalidade semelhantes. Duas dessas condutas foram cometidas no mês de abril de 2023, e outras duas no mês de janeiro de 2024. Em relação ao tema e com base nas regras de concurso de crimes previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Antônia praticou quatro crimes de estelionato em concurso formal.
- b) Antônia praticou quatro crimes de estelionato em continuidade delitiva.
- c) Antônia praticou dois crimes de estelionato em concurso material e dois crimes de estelionato em concurso formal.
- d) Antônia praticou dois crimes de estelionato em concurso material, cada um deles subdividido em duas condutas continuadas.
- e) Antônia praticou dois crimes de estelionato, cada um deles subdividido em duas condutas formalmente concorrentes.

2. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021) Assinale a alternativa correta.

A) Policarpo, quando passava pela Rua Getúlio Vargas, em Bagé, mediante grave ameaça, roubou da senhora Ayla seu relógio. A polícia civil local, ao receber a notícia criminis, instaurou inquérito policial contra ele e o indiciou por tal crime. Durante a fase investigativa, Policarpo, impelido por forte arrependimento do que havia feito, devolveu, voluntariamente, o relógio à vítima. Nessa situação hipotética, caso Policarpo seja condenado, terá em seu favor uma redução de pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) em razão do arrependimento posterior (artigo 16). Nesse caso, quanto mais rápida for a entrega do bem, maior será a redução da pena.

B) Nísia estava em uma praia totalmente deserta com Epílogo, seu amigo de infância. Por onde os olhos alcançavam, via-se apenas areia, sem pedras, sem morros e sem arvoredos. Com a intenção de lesar Epílogo, ela desferiu um golpe em suas costas, ocasião em que Epílogo caiu e bateu a cabeça justamente em uma pedra (única e não visível), encoberta pela areia (imprevisível), momento em que faleceu por traumatismo craniano. Considerando essa situação hipotética, pode-se afirmar que a conduta dela adequa-se ao crime de lesão corporal seguida de morte.

C) Honório efetuou compra de uma bicicleta e emitiu um cheque sem fundos, de sua conta corrente, para pagar a referida bicicleta. O cheque foi devolvido pelo banco por ausência de



fundos. Em razão desse fato, foi instaurado inquérito policial contra ele por violação ao artigo 171, § 2º, inciso VI (estelionato mediante fraude no pagamento por meio de cheque). Ainda na fase investigativa, Honório, voluntariamente, restituiu integralmente o prejuízo à vítima, pagando o valor devido. Nesse caso hipotético, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ele terá em seu favor uma excludente legal de ilicitude, que obstará a propositura da ação penal.

D) Esdras e Efraim, em coautoria, ajustaram a prática do crime de furto contra o Restaurante Bom Prato, em horário em que não houvesse ninguém, ou seja, que estivesse fechado. A exigência de Efraim, para a prática delituosa, seria para que fossem desarmados, pois ele não aceitava o emprego de qualquer violência. Na ocasião em que o crime foi praticado, Esdras disse a Efraim para ficar do lado de fora dando cobertura, enquanto ele entraria no restaurante para furtar. Ao entrar no restaurante sozinho, Esdras se depara com o vigia e, de posse de uma faca (que trazia em sua cintura, sem o conhecimento de Efraim), desfere vários golpes no vigia que não resiste aos ferimentos e morre no local. Em seguida, Esdras foge e deixa seu colega sem saber do ocorrido. Com base nesse contexto hipotético, pode-se afirmar que Efraim agiu em cooperação dolosamente distinta, razão pela qual responderá por crime de roubo com causa especial de diminuição de pena.

E) Para o Superior Tribunal de Justiça, o estupro de vulnerável se consuma com a prática de qualquer ato libidinoso ofensivo à dignidade sexual da vítima, sendo dispensável o contato físico direto entre ela e o réu para a configuração do delito.

3. (AOC/P/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Técnico do Ministério Público/2021)

No que se refere ao Código Penal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

() No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

() A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo 109 do Código Penal, os quais se aumentam de um sexto, se o condenado é reincidente.

a) F – V – F

b) F – F – V

c) F – V – V



d) V – V – F

e) V – F – V

4. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Técnico do Ministério Público/2021) Referente ao Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) Quanto ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade.

b) O crime impossível constitui causa de exclusão da culpabilidade.

c) Os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

d) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.

e) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a quarenta anos.

5. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021) Cléber e Davi possuem um inimigo em comum, qual seja, Evandro. Em determinado dia, sem prévio ajuste, ambos portando arma de fogo de igual calibre e munições idênticas, escondem-se, em diferentes locais, próximo ao trabalho de Evandro, esperando o momento em que este chegue ao trabalho para, enfim, eliminar a vida dele. Quando Evandro chega ao local, Cléber e Davi atiram simultaneamente em sua direção, sendo Evandro atingido e vindo a falecer. Posteriormente, o exame pericial concluiu que Evandro foi morto por um único disparo de arma de fogo, sendo que os demais tiros não o atingiram, todavia, o laudo não conseguiu identificar de qual arma de fogo partiu o tiro que eliminou a vida de Evandro.

Considerando o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de hipótese de concurso de pessoas, em que Cléber e Davi respondem por homicídio consumado.

b) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria desconhecida. Cléber e Davi respondem por homicídio consumado.

c) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria desconhecida. Cléber e Davi respondem por tentativa de homicídio.

d) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria incerta. Cléber e Davi respondem por homicídio consumado.



e) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria incerta. Cléber e Davi respondem por tentativa de homicídio.

GABARITO

GABARITO



1. Letra D	2. Letra E	3. Letra A	4. Letra E
5. Letra E			



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.